



PROJETO DE LEI N° /2015

(Do Sr. Luiz Lauro Filho)

Estabelece prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica no Programa Minha Casa, Minha Vida.

O CONGRESSO NACIONAL decreta,

Art. 1º - Altera o inciso IV, no artigo 3º, da Lei 11.977/2009 que “Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências“, nos seguintes termos:

Art. 3º (...)

(...)

IV - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, bem como por mulheres que, comprovadamente, forem vítimas de violência doméstica e familiar.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente demanda tem a finalidade de garantir prioridade no Programa Minha Casa Minha Vida às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Infelizmente em nosso país não são raros os casos de violência contra a mulher onde menos se espera, ou seja, no âmbito familiar.

Um levantamento¹ realizado pelo Instituto Avante Brasil demonstra que em 2012 o Brasil registrou 4.719 mortes de mulheres decorrentes de agressão, ou seja, 4,8 mortes para cada 100 mil mulheres, em todo o Brasil.

O levantamento aponta, ainda, que as mulheres entre 15 e 44 anos têm mais probabilidade de serem atacadas por seu cônjuge.

Dessa forma, buscando-se proteger as mulheres criou-se em nosso País a lei “Maria da Penha” e mais recentemente tipificou-se o “feminicídio”. Essas leis punem os agressores e garantem mecanismos de proteção às mulheres, tal como a medida protetiva, que determina o afastamento do agressor.

Nesse sentido, a presente propositura deve ser vista como mais um mecanismo de proteção às mulheres, ao passo que muitas delas, ao serem vítimas de violência doméstica ou familiar, se afastam de suas casas e necessitam de apoio de amigos e/ou familiares, submetendo-se, por vezes, a tratamento indigno.

E pior! Muitas mulheres por não ter para onde ir acabam aceitando os constantes atos de violência contra ela praticados.

Pelo exposto, espera-se que com a prioridade aqui prevista às mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar possam retomar suas vidas em outro ambiente e, por via de consequência, possam viver com a dignidade merecida e que se espera e, sobretudo, longe de seus agressores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Sessões, em 10 de junho de 2015.

Luiz Lauro Filho
Deputado Federal – PSB/SP